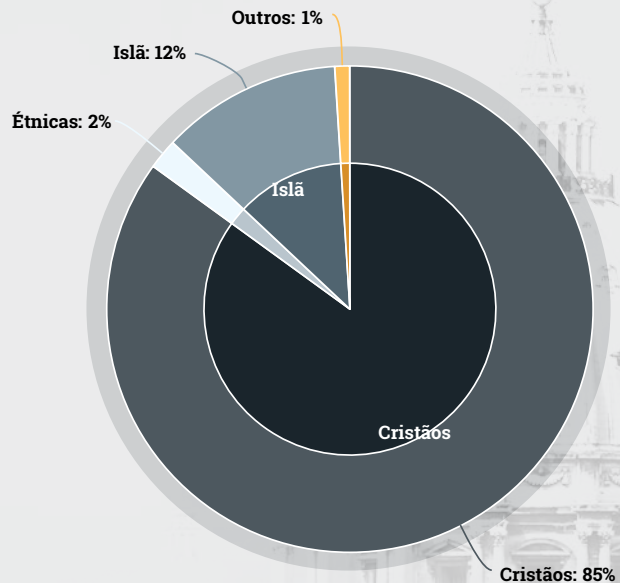


Libéria



A Libéria foi um dos países da África Ocidental mais atingidos pela epidemia de ebola durante o ano deste relatório, juntamente com a Guiné e a Serra Leoa. No início de agosto de 2014, a Organização Mundial de Saúde (OMS) declarou o estado de emergência de saúde internacional. A chefe de Estado, a presidente Ellen Johnson-Sirleaf, reagiu inicialmente através da imposição de medidas de segurança restritas. Mais tarde considerou que estes passos eram incorretos, pois tinham criado tensões e desconfiança entre a população.^[1] Até maio de 2015, quando a epidemia foi oficialmente dada por terminada, tinha havido cerca de 10.600 casos de doença e mais de 4.800 mortes. A crise também levou a economia de volta à recessão, e o já desadequado sistema de saúde ficou ainda mais frágil, enquanto grande parte da população era deixada na pobreza e na fome. Embora a OMS tenha declarado a Libéria como estando livre do ebola em 29 de dezembro de 2015, as consequências muitas vezes devastadoras da epidemia continuam até hoje.^[2]

O surto também colocou uma enorme pressão sobre as relações tradicionalmente boas e fundamentalmente harmoniosas entre as diferentes religiões e comunidades de fé na Libéria. Tornou-se claro que a pobreza e a ameaça de destituição estiveram frequentemente ligadas à intolerância e à exclusão das minorias. Para citar um exemplo, de acordo com a agência de notícias do Vaticano Fides, mais de 5.900 crianças liberianas perderam um ou ambos os pais como consequência do surto de ebola. Muitas foram acolhidas por familiares,

mas muitas mais foram deixadas pelas ruas ou com famílias de acolhimento. Contudo, descobriu-se que, sobretudo as crianças que viviam em famílias de acolhimento, tendiam a ser abusadas ou a não lhes ser dado nada para comer. Muitas destas crianças não conseguiram frequentar a escola. Houve crianças que foram colocadas em orfanatos, onde eram ridicularizadas pelas outras por serem órfãs do ebola. Algumas crianças, que foram deixadas totalmente sem apoio, acabaram mendigando nas ruas.^[3] A Igreja Católica na Libéria, que está muito envolvida no trabalho social e caritativo no país, também pagou um preço elevado na batalha contra o ebola. Por exemplo, a Ordem Hospitaleira de São João de Deus na Libéria e na Serra Leoa perdeu quatro irmãos religiosos, uma irmã religiosa e três trabalhadores leigos nos hospitais de Monróvia e Lunsar. Tinham contraído a doença enquanto cuidavam dos doentes.^[4]

A desconfiança e a rejeição social que resultaram da epidemia do ebola na Libéria ainda têm um grande peso num país que, embora pobre, gozou em geral de uma longa tradição de coexistência pacífica entre as várias e diferentes tradições religiosas.

Ao contrário de muitos outros estados na região, a Libéria, que foi fundada em 1820 para o realojamento de antigos escravos dos EUA, nunca foi dominada pelo Islã enquanto força cultural prevaiente. Consequentemente, o Cristianismo

[1] Governo da República da Libéria, 2008 National Population and Housing Census, citado em: Arquivo Munzinger 2016.

[2] *ibid*

[3] http://de.radiovaticana.va/news/2015/10/09/liberia_ebola_hat_viele_kinder_zu_waisen_gemacht/1177729

[4] http://www.fides.org/de/news/35360-VATIKAN_KIRCHLICHE_MITARBEITER_DIE_2014_ERMORDET_WURDEN#.VkyXh14kScE

foi mais firmemente estabelecido aqui do que em qualquer outra parte da África Ocidental. A vasta maioria dos habitantes da Libéria são cristãos.^[5] Na prática, estas fronteiras são algo fluidas, o que significa que muitas pessoas seguem uma variedade de ritos e práticas religiosas diferentes ao mesmo tempo. Há duas grandes organizações religiosas de cúpula, o Conselho Liberiano (Protestante) das Igrejas e o Conselho Muçulmano Nacional da Libéria.

DISPOSIÇÕES LEGAIS EM RELAÇÃO À LIBERDADE RELIGIOSA E APLICAÇÃO EFETIVA

A Constituição e as leis da Libéria garantem a separação entre o Estado e Igreja, e concedem total liberdade religiosa, que é respeitada e protegida pelo Estado.^[6] No geral, o clima em relação à religião é de tolerância e coexistência pacífica, não apenas entre as várias comunidades cristãs, mas também entre cristãos e muçulmanos. Esta situação não se alterou significativamente durante o período abrangido por este relatório. Contudo, a epidemia do ebola teve um efeito na prática e na cultura religiosas. A rápida propagação do vírus e o perigo extremo de infecção dissuadiram muitas pessoas de enterrarem os seus mortos à maneira tradicional cristã ou muçulmana,^[7] uma grave restrição numa sociedade onde a consciência da morte é uma parte importante da psique nacional, tal como em quase todas as culturas da África Subsaariana.^[8]

Não existe nenhum requisito oficial para que os grupos religiosos se registrem junto das autoridades, embora seja prática geral e faça parte da rotina legal.^[9] As organizações que se registram podem, tal como outras organizações, beneficiar de certos benefícios fiscais e da isenção de direitos de importação. Não há relatos de pedidos recusados ou de qualquer discriminação contra os que se candidatam. As escolas privadas, muitas das quais são propriedade de organizações cristãs ou muçulmanas e por elas geridas, recebem apoio financeiro do Estado.

[5] Governo da República da Libéria, 2008 National Population and Housing Census, citado em: Arquivo Munzinger 2016.

[6] Departamento de Estado Norte-Americano 2016: International Religious Freedom Report 2014.

[7] *ibid.*

[8] <http://www.spiegel.de/wissenschaft/medizin/ebola-simulation-beerdigungen-sind-das-groesste-problem-a-1000372.html>

[9] Departamento de Estado Norte-Americano 2016: International Religious Freedom Report 2014.

INCIDENTES

Não houve alterações institucionais ou incidentes significativos relacionados com a liberdade religiosa durante o período deste relatório. Houve, contudo, alguns incidentes isolados de conflito religioso entre os membros de vários grupos étnicos em algumas partes mais remotas do país.^[10] No entanto, frequentemente é pouco claro se estes incidentes tiveram a ver com motivos religiosos ou com outras questões culturais.^[11] Na maior parte dos casos, as tensões foram resolvidas através da mediação de líderes tradicionais ou religiosos.

PERSPECTIVAS PARA A LIBERDADE RELIGIOSA

As consequências da sangrenta guerra civil na Libéria ainda apresentam os maiores desafios para o Estado e para as Igrejas e outras comunidades religiosas.^[12] Entre 1989 e 2003, mais de 200 mil pessoas perderam a vida na guerra civil. A certa altura, havia mais de um milhão de refugiados, incluindo vários milhares de deslocados internos. A maior parte destas pessoas neste momento já regressaram às suas antigas casas ou estabeleceram-se permanentemente nos lugares para os quais fugiram. Mesmo assim, o problema dos refugiados ainda não está totalmente resolvido.

Mais recentemente, a instabilidade política na Costa do Marfim, vizinha da Libéria, também ameaçou a própria segurança na Libéria.^[13] Após as eleições presidenciais na Costa do Marfim em 2010, combates intensos surgiram nesse país. Depois das eleições, Alassana Ouattara, da região norte do país, foi declarado o vencedor. Contudo, esta eleição ainda é contestada, mesmo que tenha sido reconhecida pela comunidade internacional. O seu antigo opositor, o ex-presidente Laurent Gbagbo, enfrenta agora acusações de direitos humanos no Tribunal Penal Internacional em Haia (ver o capítulo sobre a Costa do Marfim neste Relatório da Liberdade Religiosa).

A situação acalmou de alguma forma, e o número de refugiados costa-marfinenses que regressam às suas casas passando a fronteira, muitas vezes com o apoio do ACNUR, está crescendo. Mais de 10 mil pessoas regressaram durante o período abrangido por este relatório. Mesmo assim, desde que a situação política na região, e em particular na Costa do Marfim, se mantiver instável, as repercussões podem ocorrer a qualquer momento. Portanto, ainda seja muito cedo para falar em um retorno à normalidade.

[10] *ibid.*

[11] Antecedentes do conflito no norte da Libéria: <http://www.wiso.uni-hamburg.de/fachbereiche/sozialwissenschaften/forschung/akuf/kriege-archiv/ueberarb-260-liberia/>

[12] Arquivo Munzinger 2016.

[13] ACNUR 2016: 2015 ACNUR perfil de operações do país – Libéria.